

OS RESULTADOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) SOB A ÓTICA DOS ODS E POLÍTICAS DE INOVAÇÃO TRANSFORMADORAS

The results of the Food Purchase Program (PAA) under the perspective of the SDGs and Transformative Innovation Policies

Marco Aurélio Larson, Flavia Massuga, Marli Kuasoski, Sergio Luís Dias Doliveira
Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO

Email: mlarson@unicentro.br, flavia.massuga@gmail.com, marlikuasoski@hotmail.com, sldd@uol.com.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo avaliar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sob a ótica do atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das Políticas de Inovação Transformadoras (TIP). Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura a partir do *Methodi Ordinatio*. Ao total 76 estudos empíricos foram avaliados. Dentre os resultados do PAA destacam-se o desenvolvimento rural, acesso a novos mercados e aumento da renda dos agricultores familiares, na dimensão econômica; produção agroecológicas e diversificação de culturas, na dimensão ambiental; e segurança alimentar e nutricional, equidade social e qualidade de vida, na dimensão social. Esses resultados se relacionam com os ODS 1, 2, 3, 5, 8, 10, 12, 13 e 15 e, portanto, o PAA pode ser considerado uma TIP. No entanto, trata-se de uma política de nicho que atende apenas aos 4 primeiros resultados transformativos, não havendo força para a transição do sistema sociotécnico incumbente. **Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável, ODS, Agricultura Familiar, Políticas públicas, Resultados transformativos.

ACEITO EM: 10/08/2023

PUBLICADO: 20/09/2023



THE RESULTS OF THE FOOD PURCHASE PROGRAM (PAA) UNDER THE PERSPECTIVE OF THE SDGS AND TRANSFORMATIVE INNOVATION POLICIES

Os resultados do programa de aquisição de alimentos (PAA) sob a ótica dos ODS e políticas de inovação transformadoras

Marco Aurélio Larson, Flavia Massuga, Marli Kuasoski, Sergio Luís Dias Doliveira
Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro

Email: mlarson@unicentro.br, flavia.massuga@gmail.com, marlikuasoski@hotmail.com, sldd@uol.com.br

ABSTRACT

This study aims to evaluate the results of the Food Acquisition Program (PAA) from the perspective of meeting the Sustainable Development Goals (SDGs) and the Transformative Innovation Policies (TIP). For that, a systematic literature review was carried out based on the Methodi Ordinatio. A total of 76 empirical studies were evaluated. Among the results of the PAA, rural development, access to new markets and increased income of family farmers, in the economic dimension, stand out; agroecological production and crop diversification, in the environmental dimension; and food and nutrition security, social equity and quality of life, in the social dimension. These results relate to SDG 1, 2, 3, 5, 8, 10, 12, 13 and 15 and therefore the PAA can be considered a TIP. However, this is a niche policy that meets only the first 4 transformative results, with no strength for the transition of the incumbent socio-technical system.

Keywords: Sustainable Development, SDG; Family farming; Public policy; Transformative results.

INTRODUÇÃO

O aumento demográfico e a exploração desenfreada dos recursos naturais, fez surgir a preocupação sobre a capacidade do planeta em suportar essas demandas. Por volta da década de 1960, as preocupações com o meio ambiente começaram a aflorar, atingindo maiores proporções, que se desdobraram em debates globais. Mais tarde, várias conferências mundiais surgiram para discutir os impactos ambientais e as possíveis maneiras de mitigar os seus efeitos sobre a sociedade (Barbieri, 2001).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cunhou o relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, o qual discutia os problemas ambientais e a pobreza que assola parte significativa da população mundial. Nesse relatório, também foi apresentado o conceito de sustentabilidade, que reside na capacidade da geração atual utilizar os recursos naturais de forma a não prejudicar o uso desses mesmos recursos pelas gerações vindouras (Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987).

Os esforços globais para mitigar os impactos ambientais e contribuir para uma sociedade mais justa e com igualdade entre a população, continuou a ser discutido nas agendas dos países e resultou na Agenda 2030, na qual constam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que “[...] são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (Nações Unidas Brasil, 2023, s/p).

Para alcançar os ODS, os países traçam metas locais, regionais e nacionais, alinhadas com as suas estratégias e políticas. Para uma mudança elementar nos sistemas sociotécnicos atuais a fim de enfrentar esses desafios, faz-se necessário o uso de políticas de pesquisa e inovação, com base na experimentação social, apoiadas em uma abordagem inovadora denominada de Políticas de Inovação Transformadora (*Transformative Innovation Policies* – TIP) (Molas-Gallart, 2021).

Dentre os desafios sociais enfrentados atualmente, a falta de acesso a alimentos vem ganhando destaque. A insegurança alimentar e nutricional acomete cerca de 3 bilhões de pessoas em todo mundo. Enquanto isso, de tudo que é produzido ao ano, globalmente, há uma estimativa de que 30% são desperdiçados (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2021). A insegurança alimentar e nutricional e o desperdício de alimentos estão dentro das metas dos ODS e necessitam de políticas que fortaleçam as ações para o enfrentamento desses problemas.

No Brasil, políticas específicas vêm sendo adotadas para combater a fome e o desperdício de alimentos. Um exemplo, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que surgiu como um estímulo para promover a agricultura familiar, reduzir o desperdício de alimentos e combater a insegurança alimentar e nutricional (Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB], 2012).

Por meio de uma revisão sistemática de literatura, este estudo busca avaliar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil sob a ótica do atendimento aos ODS e das Políticas de Inovação Transformadoras. As questões específicas que norteiam o estudo são: quais são os resultados ambientais, sociais e econômicos decorrentes do PAA? Com quais ODS esses resultados estão relacionados? O PAA pode ser considerado uma política de inovação transformadora tendo em conta a definição de resultados transformativos?

As contribuições do estudo se dão pelo avanço da literatura ao alinhar o PAA com os ODS, sob a ótica das Políticas de Inovação Transformadora, que é uma lacuna dentro da literatura brasileira. Portanto, a relevância desta pesquisa está relacionada com a compreensão do PAA como uma política que pode contribuir para enfrentar o problema da insegurança alimentar e nutricional e do desperdício de alimentos, resultando em benefícios ambientais, sociais e econômicos e no alcance dos ODS relacionados. Além disso, este estudo promove reflexão sobre a possibilidade do PAA se constituir em uma política com resultados transformativos.

Na sequência este artigo apresenta a revisão da literatura, a qual se remete à sustentabilidade e aos objetivos do desenvolvimento sustentável, TIPs e resultados transformativos e o PAA. Também é apresentada a metodologia com o detalhamento dos procedimentos adotados na pesquisa. Em seguida, apresentam-se os resultados e as discussões do estudo, dentro da proposta investigativa. Finalmente, é trazida a seção das considerações finais, que aborda um resumo dos resultados, alinhados ao objetivo da pesquisa, limitações e sugestões para pesquisas futuras sobre a temática.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 A sustentabilidade e os objetivos do desenvolvimento sustentável

As ameaças ao meio ambiente impactam não a poucos, mas ao planeta. O aumento dos descontroles do Homem, afetam os seus recursos naturais, levando a enfrentar problemas como as mudanças climáticas. Esses resultados das ações antrópicas têm levado organizações internacionais a pensar em alternativas que possibilitem minimizar tais descontroles a partir de atividades e ações mais sustentáveis (Jaber, 2021).

Segundo Lélé (1991), a definição sobre sustentabilidade direciona-se à uma conotação ecológica, onde o significado perpassa nas condições e padrões biofísicos e necessários para suporte à vida humana, que faz assumir um plano específico de bem-estar para com as gerações futuras. Elkington (2001, p. 20), por sua vez, trata o conceito da sustentabilidade como “o princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações”, portanto vê-se o motivo da preocupação em possibilitar o equilíbrio das dimensões social, ambiental e econômica (*triple bottom line*) (Elkington, 1994).

Com o intuito de buscar soluções que visem garantir um futuro sustentável às gerações seguintes, em 2000 foram criados os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) a partir da Cúpula do Milênio realizada em Nova Iorque com a integração de preocupações de 191 países participantes. Ao total 8 objetivos e 21 metas associadas foram definidas, voltadas para a erradicação da pobreza e da fome, promoção da educação para todos, sustentabilidade ambiental, saúde e bem-estar da população, a serem cumpridos até 2015 (United Nations, 2000).

Em 2012, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), cuja finalidade foi manter atenção aos problemas ambientais globais e renovar o compromisso político a partir da construção de uma nova Agenda. Após três anos de trabalho consultivo, foi aprovada na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável o documento final “Transformando nosso mundo: A Agenda 30 para o desenvolvimento sustentável” (Anderson *et al.*, 2021). Na nova agenda foi estabelecido um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas com caminhos para a erradicação da pobreza, combate às desigualdades e injustiça social e proteção do planeta, devendo serem atingidos até o ano de 2030 (United Nations, 2015).

Os ODS são integrados e se apresentam de forma equilibrada considerando as três dimensões da sustentabilidade. Na dimensão social destacam-se os objetivos: 1. Erradicação da pobreza, 2. Fome zero e agricultura sustentável, 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade, 5. Igualdade de Gênero, e 10. Redução das desigualdades. Na dimensão ambiental podem ser citados os ODS 6. Água potável e saneamento, 7. Energia limpa e acessível, 12. Consumo e produção responsáveis, 13. Ação contra a mudança global do clima, 14. Vida na água, e 15. Vida terrestre. Por sua vez, na dimensão econômica se visualizam os ODS 8. Trabalho decente e crescimento econômico, 9. Indústria, inovação e infraestrutura e, 11. Cidades e comunidades sustentáveis. Ainda, cabe destacar os ODS 16. Paz, justiça e instituições eficazes e 17. Parcerias e meios de implementação que são visualizados a partir de uma dimensão institucional (United Nations, 2015).

Para Schot *et al.* (2018), os ODS podem ser considerados uma ferramenta de várias dimensões que tornam possível o processo transformador em direção à sustentabilidade. Nesse contexto, discutem-se as Políticas de Inovação Transformadoras (TIP) que fornecem uma estrutura teórica para alcance de objetivos de sustentabilidade a partir da mudança transformadora (Lundin & Serger, 2018). Esse assunto é discutido com maior profundidade no tópico a seguir.

1.2 TIPs e resultados transformativos

Os problemas atuais que a sociedade enfrenta requer uma mudança social em direções mais sustentáveis (Ghosh *et al.*, 2021; Molas-Gallart *et al.*, 2021). Esses problemas não estão somente relacionados à esfera econômica, mas também nos âmbitos ambientais, desigualdade social e crise de saúde socioeconômica relacionada ao pós-covid-19 (Ghosh *et al.*, 2021).

Como uma possível resposta a esses enfrentamentos, surge uma nova ideia, baseada na Política de Inovação Transformadora (*Transformative Innovation Policies – TIP*). Molas-Gallart *et al.* (2021) relatam que as TIPs se baseiam na noção de que enfrentar os desafios sociais, requer mudanças profundas nos sistemas sociotécnicos atuais, utilizando-se de políticas de pesquisa e inovação, com atenção especial à experimentação social.

Deve-se levar em conta, ainda, os elementos contidos na perspectiva multinível (paisagem, regime e nicho), focados em desafios sociais e/ou ecológicos, com o envolvimento de múltiplos atores, como inovadores sociais, inovações de base e sociedade civil (Molas-Gallart *et al.*, 2021).

Portanto, deve-se considerar que, para que haja a transição de um sistema sociotécnico para outro, há inúmeros fatores envolvidos, que estão coevoluindo o tempo todo. Ainda, há que se considerar o longo período de tempo que esse processo demora para ocorrer (Geels, 2002). Dessa forma, é consensual que não é um único fator, nem uma única política que vai controlar o processo, mas sim, ocorre uma constante influência entre os elementos envolvidos (Ghosh *et al.*, 2021; Molas-Gallart *et al.*, 2021). Nesse mesmo sentido, os resultados de uma intervenção não podem ser mais do que uma contribuição para as mudanças sistêmicas que estão sendo buscadas. Isso significa que eles contribuem, mas não determinam o processo de mudança sistêmica (Molas-Gallart *et al.*, 2021).

Na visão de Molas-Gallart *et al.* (2021), a transformação do sistema não é apenas mudar o sistema, mas também construir um novo regime (conjunto de regras) usando as capacidades inovadoras de todos os atores sociais relevantes. Os autores destacam, nessa perspectiva, dois elementos que possuem papel importante nesse processo: a aprendizagem e a reflexividade.

Um desafio central, é como atribuir o impacto de uma intervenção específica ao processo de transição. Uma solução proposta é focar em resultados transformadores, por exemplo, mudanças imediatamente observáveis em processos de transição específicos de construção de nichos, integração e abertura dos regimes em sistemas únicos (Kanger *et al.*, 2021).

Os resultados transformadores são conceituados como processos ou intervenções que levam às mudanças mais profundas nos conjuntos de regras que orientam os atores (indivíduos, mas também grupos e organizações) em seu comportamento. Os atores podem usar essas regras por causa de medo de sanções (de acordo com os regulamentos), suas crenças cognitivas e/ou seus valores (GEELS *et al.*, 2016). Essa concepção de resultados transformadores, é orientada pela Teoria da Mudança (ToC) (Molas-Gallart *et al.*, 2021).

O quadro 1 sintetiza os doze tipos de resultados transformadores, propostos por Molas-Gallart *et al.* (2021).

Quadro 1 - Doze tipos de resultados transformadores

Tipos de resultados transformadores	Características
Edifício de nicho - Blindagem	Oferecem proteção para experimentos de nicho e normalizam essas medidas de proteção. A proteção pode ser oferecida por meio de subsídios, benefícios de mercado, como isenção de impostos ou proteção cultural.
Aprendizagem	Primeira ordem (otimização do comportamento existente) e segunda ordem (mudanças nos frames e suposições) em ou através de várias dimensões do sistema (ciência, tecnologia, inovação; mercados; cultura e significados simbólicos; estratégia industrial).
Rede	Participação no nicho de uma ampla gama de atores diversos e partes interessadas. Construção e fortalecimento de laços entre atores em um nicho. Criação de uma comunidade de prática garantindo a mobilização de recursos. Surgimento de intermediários para facilitar.
Navegando pelas expectativas	Criar espaço para expressar novas expectativas e alternativas para unir a diversidade de expectativas, construindo uma visão compartilhada.
Expansão e incorporação de nicho – Upscaling	Disseminação da adoção de novas práticas e regras, efeito bandwagon (movimento).
Replicação	Replicação de condições de nicho em diferentes contextos. Adaptação de um nicho em uma localidade diferente.

Circulação	Circulação de ideias, pessoas, conhecimento tácito, regras entre nichos e dimensões do sistema. Surgimento de intermediários do sistema.
Institucionalização (regras formais e informais)	Desenvolver definições padrão, narrativas, regulamentos e tipos preferidos de comportamentos, crenças e valores. Estabelecimento de esquemas de certificação, protocolos. Desenvolvimento de um nicho de mercado maduro.
Regimes de abertura e desbloqueio Regimes desestabilizadores e desalinhados	Interromper os quadros de políticas e os arranjos de governança aproveitando as tensões entre as dimensões do regime. Eliminação progressiva das políticas e a implementação de outras políticas que perturbam a sociedade dominante.
Desaprendizado e aprendizado profundo dos atores do regime	Aprendizagem de segunda ordem entre os atores do regime – mudando valores e crenças existentes. Desaprender rotinas com base em habilidades e capacidades existentes. Surgimento de novas premissas de política.
Nicho empoderador – interações com o regime	Criação de ligações formais e informais entre atores de nicho e do regime. Surgimento de intermediários facilitando tais ligações.
Mudando as percepções das pressões da paisagem	Os atores do regime desenvolvem novas interpretações da natureza e das consequências das tendências (como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição, desigualdade, urbanização).

Fonte: Molas-Gallart *et al.* (2021).

Dessa forma, o Quadro 1 pode auxiliar na avaliação das ações utilizadas no processo transformacional. A abordagem permite “Monitoramento e Avaliação Reflexiva”, o que significa utilizar a reflexão ao processo de definição e implementação de políticas e considerar que o desafio e a mudança de premissas dominantes, práticas e instituições associadas são aspectos centrais da inovação transformadora (Molas-Gallart *et al.*, 2021).

1.3 Programa de aquisição de alimentos (PAA)

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003 e teve alterações pela Lei nº 12.512/2011 e, posteriormente, foi regulamentado pelo Decreto nº 7.775/2012 (Carneiro *et al.*, 2022; Pitaluga & Bourlegat, 2022). Cabe ressaltar que, em 2021, o programa passou a ser chamado de “Alimenta Brasil”, porém sem modificação de suas regras básicas (Brasil, 2022a).

O PAA possui como finalidades a promoção do acesso à alimentação e incentivo à agricultura familiar (Chiodi, Almeida & Assis, 2022). Trata-se de um programa criado pelo governo federal para adquirir e doar alimentos que são provenientes da agricultura familiar e destinados para a população que se encontra nas faixas de insegurança alimentar e nutricional, para entidades de assistência social, equipamentos de alimentação e nutrição (onde se enquadram os bancos de alimentos) e para constituição de estoques (CONAB, 2012).

O PAA é controlado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no âmbito da União, Estados e municípios. Os preços dos produtos adquiridos são definidos considerando a média dos preços praticados nos mercados regionais e é estabelecido um limite de aquisições anual por família (Mendes, Sousa & Mattos Junior, 2021). Para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o programa é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite e Compra Institucional (Brasil, 2022a). Essas modalidades podem ser visualizadas no Quadro a seguir.

Quadro 2 – Modalidades do PAA

Modalidades	Descrição	Limite de aquisições
Compra com Doação Simultânea	Os produtos adquiridos da agricultura familiar são doados às pessoas com insegurança alimentar. Permite aquisição de alimentos in natura e prioriza os produtos orgânicos a partir de um acréscimo de 30% no valor pago.	Limite de R\$12.000/ano por unidade familiar
Compra Direta	Envolve a compra de produtos com a finalidade de sustentar preços. Os alimentos adquiridos também são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar.	Limite de R\$12.000/ano por unidade familiar
Apoio à Formação de Estoques	Tem como objetivo apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, sustentar preços e agregar valor. Refere-se a um apoio financeiro para constituição de estoques de alimentos sendo que, após comercializados, há a devolução dos recursos ao poder público.	Limite de R\$12.000/ano por unidade familiar
Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite	Envolve a compra e distribuição gratuita do leite às famílias em situação de vulnerabilidade social.	Até R\$30.000/ano por produtor.
Compra Institucional	Compra direta pelos órgãos e entidades governamentais (hospitais, exército, creches, presídios, etc) de alimentos da agricultura familiar, com dispensa de licitação.	Até R\$30.000 por ano por família detentora da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física, por órgão comprador. E até 6 milhões para detentores de DAP jurídica.

Fonte: Adaptado de Brasil (2022a)

Observa-se que cada modalidade atende a dois grupos de beneficiários: os fornecedores de alimentos que compreendem os agricultores familiares que firmam convênio com o governo, incluindo ainda neste grupo assentados da reforma agrária, silvicultores, pescadores artesanais, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais; e os consumidores de alimentos que correspondem às instituições das redes socioassistenciais (Oliveira, Paes & Azevedo, 2021; Carneiro *et al.*, 2022; Pitaluga & Bourlegat, 2022). Os fornecedores podem participar do programa de forma individual com a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), por meio de cooperativas ou de organizações constituídas como pessoa jurídica com apresentação da DAP-Pessoa Jurídica (Mendes, Sousa & Mattos Junior, 2021). Por outro lado, pessoas em situação de insegurança alimentar devem procurar a rede socioassistencial dos municípios e as entidades precisam contatar as unidades executoras do programa para sua inclusão como beneficiárias (CONAB, 2012).

Conforme últimos resultados divulgados pela CONAB (2021), em 2020 o PAA na modalidade de Compra com Doação Simultânea contou com cerca de 223 milhões de recursos que proporcionaram a comercialização de 77 mil toneladas de alimentos produzidos por mais de 31 mil produtores rurais. A região Norte e Nordeste concentraram 60% dos recursos fornecidos devido a critérios de distribuição baseados em indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Ao todo, foram entregues 281 tipos de produtos, especialmente frutas e hortigranjeiros, com destaque para a melancia, mandioca e banana.

No entanto, observa-se que a política vem, ao longo do tempo, sofrendo uma redução quanto à disponibilização de recursos, sendo de cerca de 57% nos últimos 10 anos. Além disso, evidencia-se uma redução também do número dos agricultores beneficiados de 157 mil em 2011 para 51 mil em 2021 (Brasil, 2022b).

Apesar destes cortes, entende-se que o PAA corresponde a uma política que incentiva o desenvolvimento territorial a partir do fortalecimento da agricultura familiar e promove o acesso à alimentação, combatendo a insegurança alimentar, conforme seus objetivos estabelecidos. E, devido aos benefícios aferidos e a eficácia no contexto socioeconômico, tem atraído atenção internacional (Barros *et al.*, 2020).

2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão sistemática que busca localizar artigos existentes em uma área específica a fim de avaliar as contribuições e evidências a partir de princípios rigorosos que permitem reprodutibilidade e imparcialidade (Donato, 2019). Para esse estudo, em específico, foi adotado o método de revisão sistemática de literatura chamado *Methodi Ordinatio*, uma metodologia multicritério de tomada de decisão para seleção de artigos científicos e composição de um portfólio bibliográfico (Pagani, Kovaleski & Resende, 2015; 2017).

Para aplicação do método, são seguidas 9 etapas: 1. Estabelecimento da intenção da pesquisa; 2. Pesquisa preliminar com as palavras-chave nas bases de dados; 3. Definição da combinação das palavras-chave e das bases de dados a serem utilizadas; 4. Busca final nas bases de dados; 5. Aplicação de procedimentos de filtragem e eliminação de artigos duplicados; 6. Identificação do fator de impacto, ano de publicação e número de citações do artigo; 7. Classificação dos artigos utilizando o *InOrdinatio*; 8. Localização dos trabalhos em formato integral; e 9. Leitura sistemática e análise dos artigos (Pagani, Kovaleski & Resende, 2015; 2017).

Como intenção da pesquisa apresenta-se o objetivo de levantar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), no Brasil. Dessa forma, após busca preliminar nas bases de dados, foram selecionados os seguintes descritores: “Programa de Aquisição de Alimentos”; “Food Purchase Program” e “Food Acquisition Program”. Para a pesquisa definitiva, seis bases de dados foram selecionadas por apresentarem resultados condizentes com a intenção de estudo, sendo: Portal de Periódicos Capes; *Scopus*, *Scielo*, *Web of Science*, *Wiley* e *Sage*. As pesquisas foram realizadas em 21 de dezembro de 2022, em todos os campos, sem limitação temporal. Foi selecionado como critério “somente artigos” nos idiomas português, inglês ou espanhol. As buscas resultaram em um total de 916 artigos, conforme apresentado no Quadro a seguir:

Quadro 3 – Resultado das buscas nas bases de dados

Strings de busca	Base de dados	Resultados
1. “Programa de Aquisição de Alimentos” 2. (“Food Purchase Program”) OR (“Food Acquisition Program”)	Portal de Periódicos Capes	463
	Scopus	313
	Scielo	54
	Web of Science	35
	Wiley	24
	Sage	27
Total		916

Fonte: Elaboração própria

Os artigos foram exportados para o gerenciador de referências *Zotero* o qual permitiu a identificação de artigos duplicados. Ao total, 402 itens foram removidos por duplicata, restando, para a análise, 514 estudos. Estes foram enviados para o software *JabReb* que possibilitou a geração de uma planilha no Microsoft Excel.

Inicialmente foi realizada a triagem por título, excluindo todos os estudos não alinhados diretamente com a intenção da pesquisa. 174 estudos foram eliminados. Na sequência, os autores realizam uma análise dupla cega dos resumos e palavras-chave dos 340 artigos restantes considerando os seguintes critérios eletivos e de exclusão:

- Critérios de inclusão: a) estudos que abordam os resultados provenientes do PAA nas suas diversas aplicações; b) artigos empíricos cuja metodologia contempla pesquisa de campo ou estudo de caso com aplicação de entrevistas, questionários, grupos focais ou análise de dados documentais, exceto leis e regulamentos.

- Critérios de exclusão: a) estudos teóricos; b) estudos que avaliam exclusivamente a cobertura do programa sob uma dimensão geográfica e política; c) pesquisas realizadas em outros países utilizando o PAA apenas como exemplo; d) artigos que levantam dados quantitativos sobre os participantes do programa; e) pesquisas que focalizam na construção de indicadores para avaliar a eficiência da política; e f) estudos que abordam outros programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bolsa família e programa fome zero, não alinhados à intenção de pesquisa.

Após a filtragem, 79 artigos foram selecionados e posteriormente submetidos à análise de relevância utilizando a equação *InOrdinatio* (Pagani, Kovaleski & Resende, 2017):

$$\text{InOrdinatio} = (F_i / 1000) + (\alpha * (10 - (\text{AnoPesq} - \text{AnoPub}))) + (\sum C_i)$$

Onde:

F_i = Fator de impacto da revista

α^* = coeficiente atribuído pelo pesquisador à relevância do ano de publicação, podendo variar de 1 a 10

AnoPesq – Ano de realização da busca nas bases de dados

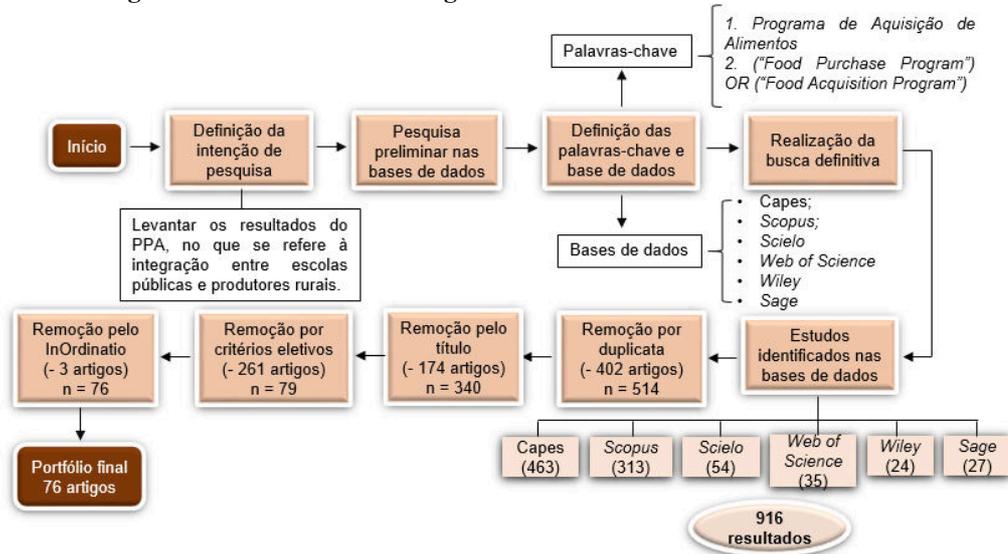
AnoPub = ano de publicação do artigo

$\sum C_i$ = nº de citações do artigo

Para obtenção do número de citações dos estudos foi utilizado o Google Acadêmico. Para o fator de impacto foi considerado o índice do *Journal Citation Reports – (JCR)*. Para o coeficiente, foi atribuído o fator de ponderação 10, visto que não foi determinada delimitação temporal nas buscas, tornando a recentidade dos artigos um critério importante na escolha efetiva de quais serão avaliados.

A partir do índice de ordenação, foram selecionados os artigos que obtiveram um score positivo (> 0), totalizando 76 estudos. O percurso metodológico pode ser melhor visualizado na Figura a seguir.

Figura 1 – Percurso metodológico da revisão sistemática de literatura



Fonte: Elaboração própria

Na sequência os artigos foram lidos na íntegra e avaliados considerando fatores como município abrangido na pesquisa, caracterização dos participantes na investigação, metodologia adotada, objetivo do estudo e principais resultados.

Por fim, os resultados da política, expressos sob forma de benefícios e desafios, foram avaliados conforme sua relação com os ODS (United Nations, 2015), além de verificar o atendimento aos critérios de definição de resultados transformativos das TIPs (Molas-Gallart *et al.*, 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são descritos os achados da pesquisa considerando inicialmente a caracterização dos estudos selecionados. Na sequência são apresentados os benefícios e desafios do programa na percepção dos atores envolvidos, bem como a relação com o atendimento aos ODS. Por fim, se estabelece a avaliação do PAA como uma Política de Inovação Transformadora.

3.1 Caracterização dos estudos

No quadro a seguir, os estudos selecionados, conforme a metodologia adotada, estão elencados por ordem de relevância.

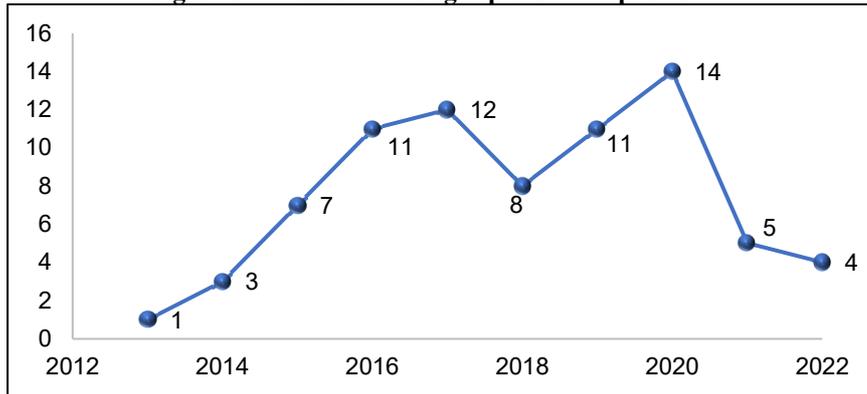
Quadro 4 – Artigos selecionados

1. Wittman e Blesh (2017)	20. Libânio e Cirino (2020)	39. Oliveira, Batalha e Pettan (2017)	58. Vinha e Schiavinatto (2015)
2. Cunha, Freitas e Salgado (2017)	21. Borsatto <i>et al.</i> (2020b)	40. Almeida <i>et al.</i> (2018)	59. Debus <i>et al.</i> (2016)
3. Sambuichi <i>et al.</i> (2020)	22. Camargo <i>et al.</i> (2020)	41. Batista <i>et al.</i> (2016)	60. Queiroz <i>et al.</i> (2016)
4. Carneiro <i>et al.</i> (2022)	23. Mota, Schmitz e Guimarães (2020)	42. Matei <i>et al.</i> (2017)	61. Schmitz, Mota e Sousa (2016)
5. Chiodi, Almeida e Assis (2022)	24. Chiodi <i>et al.</i> (2020)	43. Correa e Barbosa (2018)	62. Paula Filho, Calvi e Castro (2016)
6. Santos e Torres (2022)	25. Souza, Souza e Martinelli (2020)	44. Hentz e Hespanhol (2018)	63. Coradin e Souza (2015)
7. Pitaluga e Bourlegat (2022)	26. Barros <i>et al.</i> (2020)	45. Silva e Almeida (2018)	64. Santos Neto e Lima (2016)
8. Sobreira, Khan e Lima (2021)	27. Veronezzi e Serra (2020)	46. Martins e Onuma (2018)	65. Segura, Rodrigues e Castrillon (2016)
9. Borsatto <i>et al.</i> (2020a)	28. Modenese e Sant’Ana (2019)	47. Sodrê e Salamoni (2018)	66. Cavalcanti e Marjotta-Maistro (2016)
10. Becker e Anjos (2015)	29. Mesquita e Bursztyn (2017)	48. Florian, Costa e Barros (2018)	67. Soares, Benavides e Santos (2015)
11. Resque <i>et al.</i> (2019)	30. Lima e Paula (2019)	49. Souza e Loreto (2018)	68. Belinski, Stadler e Novak (2016)
12. Borsatto <i>et al.</i> (2021)	31. Mendes, Neves e Machado (2019)	50. Simão <i>et al.</i> (2017)	69. Gonzaga e Sant’Ana (2016)
13. Pedroso, Corcioli e Foguesatto (2020)	32. Borsatto <i>et al.</i> (2019)	51. Araujo e Kubo (2017)	70. Silva e Ferreira (2015)
14. Mendes, Sousa e Mattos Junior (2021)	33. Paula (2019)	52. Nascimento, Johann e Basso (2017)	71. Mota <i>et al.</i> (2014)
15. Cherol, Ferreira e Salles-Costa (2020)	34. Bánkuti <i>et al.</i> (2019)	53. Veloso (2017)	72. Dias e Rocha (2014)
16. Costa e vital (2021)	35. Guimarães e Baccarin (2019)	54. Camargo <i>et al.</i> (2017)	73. Coca (2015)
17. Oliveira, Paes e Azevedo (2021)	36. Silva e Hespanhol (2019)	55. Rocha e Anjos (2016)	74. Leal (2015)
18. Brandão, Santos e Rist (2020)	37. Silva, Grzebieluckas e Santos (2019)	56. Miranda e Gomes (2017)	75. Silva, Ferreira e Amodeo (2014)
19. Rafa, Dias e Souza (2020)	38. Grilo, Frizo e Oliveira (2019)	57. Ribeiro (2017)	76. Diel Deves e Rambo (2013)

Fonte: Elaboração própria

Considerando os artigos selecionados, observa-se um interesse crescente acerca do assunto entre 2013 e 2017 (Ver Figura 2). O ano de 2020 contou com o maior número de publicações, com 14 artigos. Nos anos subsequentes denota-se uma redução no número de trabalhos, com 5 e 4 estudos publicados nos anos de 2021 e 2022, respectivamente. Essa redução no interesse em relação ao PAA pode ser justificada devido à queda no orçamento e no número de famílias atendidas ao longo dos anos (Brasil, 2022b), o que pode ter contribuído com uma menor visibilidade da política.

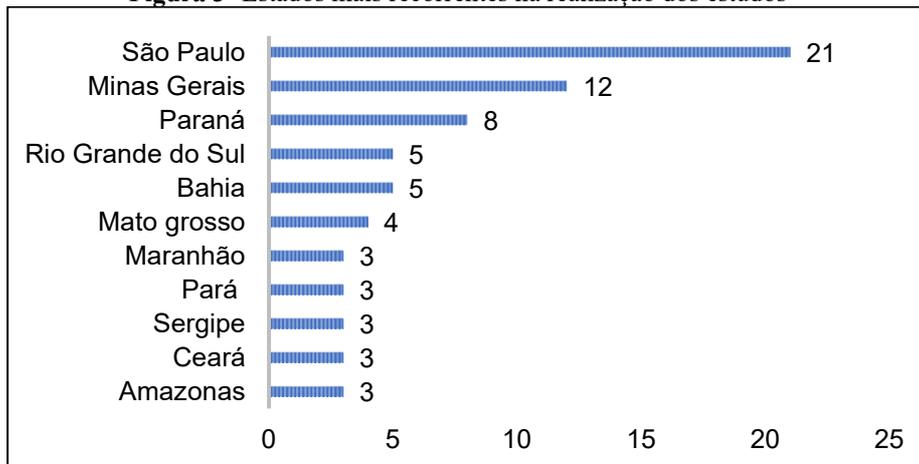
Figura 2 - Número de artigos publicados por ano



Fonte: Elaboração própria.

Os municípios de realização dos estudos se concentram principalmente nos Estados de São Paulo (21 artigos) e Minas Gerais (12 artigos) (Ver Figura 3). Essas pesquisas selecionam, geralmente, casos em municípios com elevados índices de pobreza e insegurança alimentar ou com condições específicas como a presença de assentamentos da reforma agrária, visando demonstrar como o PAA têm contribuído com essa realidade. Em São Paulo, por exemplo, o Vale do Ribeira, que apresenta baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), é objeto de estudo em alguns artigos (Miranda & Gomes, 2017; Lima & Paula, 2019; Chiodi *et al.*, 2020; Chiodi, Almeida & Assis, 2022).

Figura 3- Estados mais recorrentes na realização dos estudos



Fonte: Elaboração própria.

De uma maneira geral, a metodologia adotada compreende estudos de casos e de campo com utilização de entrevistas semiestruturadas, observações participantes, aplicação de questionários e formulários socioeconômicos e grupos focais. Os participantes das pesquisas abrangem agricultores familiares beneficiários do programa, cooperativas, associações e organizações de produtores rurais, beneficiários da reforma agrária, comunidades quilombolas, agentes de órgãos públicos e atores institucionais, sindicatos da agricultura familiar, assessores técnicos, lideranças femininas, ONGs e movimentos sociais, atores de bancos de alimentos, pesquisadores e outras instituições públicas e privadas. Também foram realizadas pesquisas documentais com dados secundários obtidos a partir de censos e de informações públicas sobre repasses financeiros e quantitativo de beneficiários, por exemplo.

3.2 Resultados do PAA: benefícios e desafios e a relação com os ODS

O PAA é considerado pelos autores um programa que promove o desenvolvimento sustentável com benefícios nas dimensões econômica, ambiental e social (Libânio & Cirino, 2020; Pitaluga & Bourlegar, 2022). Seus impactos não se limitam ao caráter individual dos beneficiários, mas podem se expandir para toda a comunidade (Mesquita & Bursztyn, 2017). Por exemplo, Dias e Rocha (2014), observaram que as compras realizadas pelo PAA junto às cooperativas contribuem para o crescimento do PIB per capita dos municípios no Rio Grande do Norte. Outros estudos também destacam a influência do programa no desenvolvimento rural, local e regional (Sodré & Salamoni, 2018; Camargo *et al.*, 2020; Sobreira, Khan & Lima, 2021; Carneiro *et al.*, 2022).

Considerando os aspectos econômicos, 4 benefícios principais do PAA para os beneficiários do programa são identificados. Primeiramente observa-se o acesso a novos mercados e a expansão das vendas institucionais (Wittman & Blesh, 2017; Hentz & Hespanhol, 2018; Guimarães & Baccarin, 2019; Lima & Paula, 2019; Chiodi, Almeida & Assis, 2022). Dessa forma, o programa cria estrutura de mercado garantindo o escoamento da produção, renda e comércio confiáveis e estáveis (Florian, Costa & Barros, 2018; Bánkuti *et al.*, 2019; Brandão, Santos & Rist, 2020; Santos & Torres, 2022).

O segundo benefício econômico, em decorrência do primeiro, refere-se ao aumento e complementação da renda familiar, especialmente de famílias mais vulneráveis e daqueles que não estavam inseridos no mercado antes da participação no programa (Oliveira, Batalha & Pettan, 2017; Florian, Costa & Barros, 2018; Modenese & Sant'Ana, 2019; Costa & Vital, 2021; Santos & Torres, 2022). Ao garantir melhor preço aos produtos, o PAA apresenta, portanto, impactos positivos tanto no aumento da produção quanto da renda dos beneficiários (Hentz & Hespanhol, 2018; Rafa, Dias & Souza, 2020; Libânio & Cirino, 2020; Sobreira, Khan & Lima, 2021).

O terceiro benefício econômico está associado a melhoria no planejamento financeiro agrícola das famílias e acesso a programas de crédito (Cavalcanti & Marjotta-MAISTRO, 2016; Mesquita & Bursztyn, 2017; Guimarães & Baccarin, 2019). Esse fator favorece a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, bem como demais investimentos nas propriedades (Nascimento, Johann & Basso, 2017; Hentz & Hespanhol, 2018).

Por fim, observa-se que o PAA tem a capacidade de gerar maior autonomia para os agricultores (Vinha & Schiavinatto, 2015; Veronezzi & Serra, 2020). Isto reflete diretamente no aumento dos ganhos, pois a maior proporção do valor gerado na produção fica nas mãos do trabalhador ao não depender de intermediários para escoamento da produção (Guimarães & Baccarin, 2019; Modenese & Sant'Ana, 2019; Chiodi, Almeida & Assis, 2022).

Esses resultados econômicos vinculam-se diretamente com o ODS-1: Erradicação da pobreza e ODS-8: Trabalho decente e crescimento econômico, visto que o programa promove acesso a recursos econômicos, especialmente para mais vulneráveis, favorece o acesso a novas tecnologias e serviços financeiros para investimentos na propriedade de agricultores beneficiários, e também apoia o desenvolvimento de atividades produtivas, geração de emprego e níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação. Além disso, o aumento da renda familiar se associa ao ODS-2: Fome zero e agricultura sustentável, especificamente, considerando a meta 2.3 que determina o incremento da renda de pequenos produtores de alimentos, especialmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, com a criação de mercados e oportunidades de agregação de valor (United Nations, 2015).

Nos aspectos ambientais, os resultados dos estudos analisados discutem sobre as práticas de produção agroecológicas como um dos benefícios do PAA (Wittman & Blesh, 2017; Camargo *et al.*, 2020). Segundo os autores, o PAA incentiva a produção sem agrotóxicos contribuindo com a manutenção de práticas tradicionais de cultivo como a utilização de matéria orgânica como fertilizante e banco de sementes (Becker & Anjos, 2015; Cunha, Freitas & Salgado, 2017; Mesquita & Bursztyn, 2017; Brandão, Santos & Rist, 2020). Essas práticas valorizam e promovem a agrobiodiversidade dos sistemas produtivos, oferecendo serviços ecossistêmicos como a regulação do ciclo da água, melhoria do solo, regulação do clima, controle de pragas e produção de biomassa (Miranda & Gomes, 2017; Resque *et al.*, 2019; Souza, Souza & Martinelli, 2020).

A diversificação de culturas também pode ser elencada como um aspecto positivo decorrente do PAA (Becker & Anjos, 2015; Debus *et al.*, 2016; Matei *et al.*, 2017; Rafa, Dias & Souza, 2020; Borsatto *et al.*, 2021; Costa & Vital, 2021; Oliveira, Paes & Azevedo, 2021; Santos & Torres, 2022). Além de benefícios financeiros ao

ampliar mercados e estabilizar a produtividade de sistemas de cultivo, a diversificação da produção pode reduzir impactos ambientais negativos contribuindo com maior biodiversidade ao melhorar aspectos físicos, químicos e biológicos do solo (Hufnagel, Reckling & Ewert, 2020).

Tendo em conta os resultados ambientais citados, quatro ODS são atendidos. O primeiro deles refere-se ao ODS-2: Fome zero e agricultura sustentável, ao garantir sistemas mais sustentáveis de produção de alimentos com práticas agrícolas mais resilientes. As práticas denotadas a partir do PAA também auxiliam na manutenção da diversidade genética de sementes, por meio dos bancos de sementes (meta 2.5). O segundo consiste no ODS-12: Consumo e produção responsáveis, considerando a busca por uma gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais. Por fim, observa-se uma contribuição com a ação contra a mudança global do clima (ODS-13) e com a proteção e recuperação do solo (ODS-15), dados os serviços ecossistêmicos obtidos em decorrência da utilização de práticas de produção agroecológicas e da diversificação produtiva (United Nations, 2015).

Considerando benefícios sociais, um dos mais citados pelos trabalhos avaliados consiste na capacidade do PAA contribuir com a segurança alimentar a nível doméstico e comunitário, auxiliando no combate à fome e desnutrição (Belinski, Stadler & Novak, 2016; Wittman & Blesh, 2017; Barros *et al.*, 2020; Camargo *et al.*, 2020; Sobreira, Khan & Lima, 2021; Carneiro *et al.*, 2022; Pitaluga & Bourlegat, 2022). Segundo Santos e Torres (2022), a participação de agricultores no PAA impacta positivamente em suas condições de Segurança Alimentar, devido a fatores como maior geração de renda, garantia do escoamento da produção e diversificação produtiva. Além disso, o programa possui uma influência direta na alimentação mais saudável das famílias, tanto por parte dos produtores rurais quanto daqueles grupos mais vulneráveis que se beneficiam com as doações de alimentos (Mesquita & Bursztyn, 2017; Guimarães & Baccarin, 2019; Cherol, Ferreira & Salles-Costa, 2020; Mendes, Sousa & Mattos Junior, 2021).

Outro benefício associado refere-se à soberania alimentar. Argumenta-se que o PAA reduz a dependência dos mercados capitalistas, aumentando o acesso de produtores marginalizados e de consumidores excluídos dos mercados tradicionais agrícolas (Wittman & Blesh, 2017; Mendes, Neves & Machado, 2019). Assim, potencializa a soberania alimentar incentivando a produção de alimentos em um modelo de desenvolvimento territorial para o campo (Vinha & Schiavinatto, 2015).

Tanto os resultados vinculados à segurança alimentar e nutricional quanto à soberania alimentar, relacionam-se ao ODS-2: Fome zero e agricultura sustentável que tem como objetivo acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição. Além disso, observa-se uma relação da política nesse aspecto com o ODS-12: Consumo e produção responsáveis, visto que, ao possibilitar acesso aos mercados institucionais, o PAA contribui com a redução do desperdício e perdas de alimentos ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento (United Nations, 2015).

Dada a maior abertura aos mercados para grupos marginalizados, observa-se que o PAA também contribui com o atingimento das metas de equidade social (Wittman & Blesh, 2017; Mendes, Neves & Machado, 2019). O programa, nesse sentido, auxilia na redução das condições de vulnerabilidade socioeconômica a partir da inclusão produtiva de atores vulneráveis (Rocha & Anjos, 2016; Lima & Paula, 2019; Silva, Grzebieluckas & Santos, 2019). Esse aspecto se associa ao ODS-10: Redução das desigualdades, sendo que o PAA tende a promover a inclusão social e econômica, especialmente, dos grupos mais vulneráveis (United Nations, 2015).

Em nível de comunidade, o PAA promove o fortalecimento das organizações associativas locais e a ampliação das relações institucionais (Coca, 2015; Camargo *et al.*, 2017; Sodr e & Salamoni, 2018; Mota, Schmitz & Guimar es, 2020; Rafa, Dias & Souza, 2020). De acordo com Chiodi *et al.* (2020), por exemplo, o PAA incentivou a cria o de cooperativas com sistemas de produ o mais sustent veis e contribuiu com a intensifica o da participa o social no Vale Ribeira, em S o Paulo.

Com a pol tica, se observa ainda um maior envolvimento familiar na produ o e continuidade do agricultor no campo (Cunha, Freitas & Salgado, 2017; Silva & Almeida, 2018; Barros *et al.*, 2020). A inclus o de mais jovens na atividade produtiva tamb m foi percebida, contribuindo, de certo modo, com a sucess o familiar nas atividades agr colas no meio rural (Mesquita & Bursztyn, 2017; Hentz & Hespanhol, 2018) e com o atingimento do ODS-8: Trabalho decente e crescimento econ mico, dada a possibilidade da maior participa o de jovens nas atividades laborais (United Nations, 2015). Este fator pode ser decorrente, dentre outros aspectos, da maior valoriza o dos produtos locais, da agricultura familiar e dos agricultores a partir da participa o no PAA (Becker & Anjos, 2015;

Santos Neto & Lima, 2016; Martins & Onuma, 2018; Camargo *et al.*, 2020; Libânio & Cirino, 2020; Borsatto *et al.*, 2021; Mendes, Sousa & Mattos Junior, 2021). O PAA, nesse sentido, fomenta a agricultura familiar e entende a sua importância para o abastecimento local (Rafa, Dias & Souza, 2020). Além disso valoriza os produtos locais e reconhece o trabalho das mulheres garantindo preços justos e incentivando a autonomia financeira, com reflexos diretos na melhora da autoestima (Mota *et al.*, 2014; Paula, 2019; Mota, Schmitz & Guimarães, 2020; Veronezzi & Serra, 2020). Ao incentivar o trabalho feminino no campo, o PAA se associa ao ODS-5: Igualdade de gênero, empoderando e dando autonomia e direitos iguais de acesso aos recursos econômicos às agricultoras rurais (United Nations, 2015).

Considerando a integração dos benefícios citados anteriormente também deve-se destacar a influência do PAA no bem-estar familiar e melhoria da qualidade de vida (Nascimento, Johann & Basso, 2017; Wittman & Blesh, 2017; Souza & Martinelli, 2020). Esse fator pode ser visualizado no aumento do número de poços artesianos, nos maiores investimentos da propriedade e na melhora dos meios de subsistência agrícola e das residências com ampliação e aquisição de bens materiais (Matei *et al.*, 2017; Silva, Grzebieluckas & Santos, 2019; Oliveira, Paes & Azevedo, 2021). Além disso, estudos específicos relatam o PAA como uma alternativa para minimizar os impactos da COVID-19, visto que promove o escoamento da produção e estruturação das cadeias produtivas, além de combater a fome das famílias vulneráveis (Pedroso, Corcioli & Foguesatto, 2020; Sambuichi *et al.*, 2020). Pode-se, portanto, relacionar esses benefícios ao ODS-3: Saúde e bem-estar, ao proporcionar melhores condições de qualidade de vida às famílias beneficiárias do programa, sejam elas fornecedoras ou consumidoras (United Nations, 2015). O Quadro a seguir resume os principais resultados do PAA elencados nos estudos avaliados nas dimensões econômica, ambiental e social, os autores correspondentes, bem como sua relação com os ODS.

Quadro 5 – Resultados do PAA

Resultados		Autores	Relação com os ODS
Econômicos	1. Desenvolvimento Rural, local, regional	Deves e Rambo (2013); Dias e Rocha (2014); Wittman e Blesh (2017); Matei <i>et al.</i> (2017); Martins e Onuma (2018); Sodré e Salamoni (2018); Lima e Paula (2019); Camargo <i>et al.</i> (2020); Veronezzi e Serra (2020); Sobreira, Khan e Lima (2021); Carneiro <i>et al.</i> (2022).	ODS-1: Erradicação da pobreza; ODS-8: Trabalho decente e crescimento econômico; ODS-2: Fome zero e agricultura sustentável.
	2. Acesso a novos mercados e a expansão das vendas institucionais	Silva, Ferreira e Amodeo (2014); Leal (2015); Belinski, Stadler e Novak (2016); Cavalcanti e Marjotta-Maistro (2016); Queiroz <i>et al.</i> (2016); Wittman e Blesh (2017); Cunha, Freitas e Salgado, (2017); Correa e Barbosa (2018); Florian, Costa e Barros (2018); Hentz e Hespanhol (2018); Bánkuti <i>et al.</i> (2019); Guimarães e Baccarin (2019); Lima e Paula (2019); Silva e Hespanhol (2019); Silva, Grzebieluckas e Santos (2019); Brandão, Santos e Rist (2020); Chiodi, Almeida e Assis (2022); Santos e Torres (2022).	
	3. Aumento e complementação da renda familiar	Mota <i>et al.</i> (2014); Coca (2015); Coradin e Souza (2015); Leal (2015); Becker e Anjos (2015); Soares, Benavides e Santos (2015); Batista <i>et al.</i> (2016); Cavalcanti e Marjotta-Maistro (2016); Debus <i>et al.</i> (2016); Santos Neto e Lima (2016); Segura, Rodrigues e Castrillon (2016); Cunha, Freitas e Salgado (2017); Miranda e Gomes (2017); Nascimento, Johann e Basso (2017); Oliveira, Batalha e Pettan (2017); Florian, Costa e Barros (2018); Hentz e Hespanhol (2018); Silva e Almeida (2018); Souza e Loreto (2018); Guimarães e Baccarin (2019); Lima e Paula (2019); Mendes, Neves e Machado (2019); Modenese e Sant'ana, (2019); Silva e Hespanhol (2019); Barros <i>et al.</i> (2020); Brandão, Santos e Rist (2020); Camargo <i>et al.</i> (2020); Libânio e Cirino (2020); Rafa, Dias e Souza (2020); Souza, Souza e Martinelli (2020); Costa e Vital (2021); Mendes, Sousa e Mattos Junior (2021); Oliveira, Paes e Azevedo (2021); Sobreira, Khan e Lima (2021); Santos e Torres (2022).	
	4. Melhoria no planejamento financeiro	Cavalcanti e Marjotta-Maistro (2016); Mesquita e Bursztyn (2017); Nascimento, Johann e Basso (2017); Oliveira, Batalha e Pettan	

THE RESULTS OF THE FOOD PURCHASE PROGRAM (PAA) UNDER THE PERSPECTIVE OF THE SDGS AND TRANSFORMATIVE INNOVATION POLICIES

MARCO AURÉLIO LARSON, FLAVIA MASSUGA, MARLI KUASOSKI, SERGIO LUÍS DIAS DOLIVEIRA

	agrícola e acesso a programas de crédito	(2017); Wittman e Blesh (2017); Hentz e Hespanhol 2018; Guimarães e Baccarin (2019).	
	5. Maior autonomia para os agricultores	Vinha e Schiavinatto (2015); Veronezzi e Serra (2020); Guimarães e Baccarin (2019); Modenese e Sant'ana (2019); Chiodi, Almeida e Assis (2022)	
Ambientais	6. Produção agroecológica	Becker e Anjos (2015); Gonzaga e Sant'Ana (2016); Cunha, Freitas e Salgado (2017); Mesquita e Bursztyn (2017); Wittman e Blesh (2017); Brandão, Santos e Rist (2020); Camargo <i>et al.</i> , 2020.	ODS-2: Fome zero e agricultura sustentável; ODS-12: Consumo e produção responsáveis; ODS-13: Ação Contra a Mudança Global do Clima; ODS-15: Vida terrestre.
	7. Diversificação da Produção	Silva, Ferreira e Amodeo (2014); Becker e Anjos (2015); Coca (2015); Leal (2015); Cavalcanti e Marjotta-Maistro (2016); Debus <i>et al.</i> (2016); Gonzaga e Sant'ana (2016); Cunha, Freitas e Salgado (2017); Matei <i>et al.</i> (2017); Mesquita e Bursztyn (2017); Oliveira, Batalha e Pettan (2017); Veloso (2017); Wittman e Blesh (2017); Correa e Barbosa (2018); Hentz e Hespanhol (2018); Guimarães e Baccarin (2019); Modenese e Sant'Ana (2019); Silva, Grzebieluckas e Santos (2019); Brandão, Santos e Rist (2020); Rafa, Dias e Souza (2020); Souza, Souza e Martinelli (2020); Veronezzi e Serra (2020); Borsatto <i>et al.</i> (2021); Costa e Vital (2021); Oliveira, Paes e Azevedo (2021); Santos e Torres (2022).	
Sociais	8. Segurança Alimentar	Silva, Ferreira e Amodeo (2014); Belinski, Stadler e Novak (2016); Araujo e Kubo (2017); Cunha, Freitas e Salgado (2017); Nascimento, Johann e Basso (2017); Ribeiro (2017); Wittman e Blesh (2017); Almeida <i>et al.</i> (2018); Lima e Paula (2019); Barros <i>et al.</i> (2020); Brandão, Santos e Rist (2020); Camargo <i>et al.</i> (2020); Pedroso, Corcioli e Foguesatto (2020); Rafa, Dias e Souza (2020); Souza, Souza e Martinelli (2020); Borsatto <i>et al.</i> (2021); Costa e Vital (2021); Sobreira, Khan e Lima (2021); Carneiro <i>et al.</i> (2022); Pitaluga e Bourlegat (2022); Santos e Torres (2022).	ODS-2: Fome zero e agricultura sustentável; ODS-3: Saúde e bem-estar; ODS-5: Igualdade de gênero; ODS-8: Trabalho decente e crescimento econômico; ODS-10: Redução das desigualdades; ODS-12: Consumo e produção responsáveis.
	9. Alimentação mais saudáveis dos fornecedores e beneficiários	Becker e Anjos (2015); Coca (2015); Leal (2015); Matei <i>et al.</i> (2017); Mesquita e Bursztyn (2017); Florian, Costa e Barros (2018); Hentz e Hespanhol (2018); Grilo, Frizo e Oliveira (2019); Guimarães e Baccarin (2019); Cherol, Ferreira e Salles-Costa (2020); Mendes, Sousa e Mattos Junior (2021); Oliveira, Paes e Azevedo (2021).	
	10. Soberania alimentar	Vinha e Schiavinatto (2015); Wittman e Blesh (2017); Mendes, Neves e Machado (2019).	
	11. Equidade Social	Becker e Anjos (2015); Debus <i>et al.</i> (2016); Rocha e Anjos (2016); Mesquita e Bursztyn (2017); Wittman e Blesh (2017); Mendes, Lima e Paula (2019); Neves e Machado (2019); Silva, Grzebieluckas e Santos (2019).	
	12. Fortalecimento das organizações associativas locais e a ampliação das relações institucionais	Coca (2015); Silva e Ferreira (2015); Batista <i>et al.</i> (2016); Santos Neto e Lima (2016); Camargo <i>et al.</i> (2017); Cunha, Freitas e Salgado (2017); Sodr�e e Salamoni (2018); Mendes, Neves e Machado (2019); Chiodi <i>et al.</i> (2020); Mota, Schmitz e Guimarães (2020); Rafa, Dias e Souza (2020); Chiodi, Almeida e Assis (2022).	
	13. Maior envolvimento familiar na produção e continuidade do agricultor no campo	Belinski, Stadler e Novak (2016); Cunha, Freitas e Salgado (2017); Mesquita e Bursztyn (2017); Hentz e Hespanhol (2018); Silva e Almeida (2018); Guimarães e Baccarin (2019); Silva, Grzebieluckas e Santos (2019); Barros <i>et al.</i> (2020).	
	14. Valorização dos produtos locais, da agricultura	Mota <i>et al.</i> (2014); Becker e Anjos (2015); Coca (2015); Silva e Ferreira (2015); Batista <i>et al.</i> (2016); Belinski, Stadler e Novak (2016); Cavalcanti e Marjotta-Maistro (2016); Queiroz <i>et al.</i> (2016); Debus <i>et al.</i> (2016); Santos Neto e Lima (2016); Matei <i>et al.</i> (2017);	

familiar e dos(as) agricultores(as)	Miranda e Gomes (2017); Ribeiro (2017); Correa e Barbosa (2018); Florian, Costa e Barros (2018); Hentz e Hespanhol (2018); Martins e Onuma (2018); Lima e Paula (2019); Mendes, Neves e Machado (2019); Paula (2019); Silva e Hespanhol (2019); Camargo <i>et al.</i> (2020); Libânio e Cirino (2020); Mota, Schmitz e Guimarães (2020); Rafa, Dias e Souza (2020); Veronezzi e Serra (2020); Borsatto <i>et al.</i> (2021); Mendes, Sousa e Mattos Junior (2021).	
15. Bem-estar familiar e melhoria da qualidade de vida	Cavalcanti e Marjotta-Maistro (2016); Araujo e Kubo (2017); Matei <i>et al.</i> (2017); Nascimento, Johann e Basso (2017); Wittman e Blesh (2017); Souza e Loreto (2018); Paula (2019); Silva e Hespanhol (2019); Silva, Grzebieluckas e Santos (2019); Mota, Schmitz e Guimarães (2020); Pedroso, Corcioli e Foguesatto (2020); Sambuichi <i>et al.</i> (2020); Souza e Martinelli (2020); Oliveira, Paes e Azevedo (2021).	

Fonte: Elaboração própria

No entanto, alguns desafios também são elencados pelos autores. Dentre eles está a irregularidade na entrega dos produtos ao longo do ano, que ocorre, principalmente, devido a fatores burocráticos (Florian, Costa & Barros, 2018; Hentz & Hespanhol, 2018). A burocracia nas documentações exigidas para participação no programa, inclusive, é outro ponto levantado como um desafio (Belinski, Stadler & Novak, 2016; Paula Filho, Calvi & Castro, 2016; Nascimento, Johann & Basso, 2017; Guimarães & Baccarin, 2019; Silva, Grzebieluckas & Santos, 2019; Rafa, Dias & Souza, 2020). De acordo com Camargo *et al.* (2020) o aumento das exigências administrativas e burocráticas e a dificuldade de acessar mercados institucionais diminuiu a diversidade de cultivos, o que afeta a alimentação das famílias.

O decréscimo nos investimentos do programa desde o ano de 2013 também é relatado (Pedroso, Corcioli & Foguesatto, 2020). Para Camargo *et al.* (2020), o PAA encontra-se com um volume baixo de recursos o que dificulta o atendimento dos objetivos de fortalecer a agricultura familiar e promover a segurança alimentar. Associado a esse desafio também está a renda baixa aferida pelos beneficiários e as irregularidades nos pagamentos (Belinski, Stadler & Novak, 2016; Nascimento, Johann & Basso, 2017; Guimarães & Baccarin, 2019; Silva, Grzebieluckas & Santos, 2019; Silva & Hespanhol, 2019; Rafa, Dias & Souza, 2020). Apesar de contribuir com o aumento da renda dos produtores rurais, muitos consideram o valor pago por unidade familiar baixo. Por exemplo, em 2012, na modalidade de compra com doação simultânea os agricultores podiam vender até R\$ 4.500,00 por unidade familiar/ano. Atualmente esse valor é de R\$12.000 (CONAB, 2022).

Outro desafio citado refere-se a autonomia duradoura para o agricultor. Isso significa que o agricultor, quanto parte do PAA, cria uma certa dependência dos mercados institucionais organizados pelo governo, não sendo capaz de expandir seu protagonismo (Brandão, Santos & Rist, 2020). Desse modo, com o término do programa os agricultores tendem a voltar para as mesmas condições de produção e renda que vivenciavam anteriormente (Borsatto *et al.*, 2020b). O estudo de Borsatto *et al.* (2021) também identificou, nos municípios estudados, que os agricultores não conseguiram criar condições para agregar valor aos seus produtos. O mesmo tende a ocorrer quando esses produtores estão vinculados a associações ou cooperativas. Segundo Rocha e Anjos (2016), as conexões entre produtores são praticamente inexistentes, sendo mediadas pelas organizações coletivas, o que impede a emancipação dos beneficiários ao longo do tempo.

Também se denota que os incentivos para a produção orgânica não são suficientes, visto que outros mercados são mais atrativos do que aqueles proporcionados pelo PAA (Borsatto *et al.*, 2019; Borsatto *et al.*, 2020a). Em Ubá, Minas Gerais, por exemplo, foi verificado que o PAA não promoveu a redução do uso de fertilizantes e pesticidas, mesmo com a oportunidade de agregar 30% no valor dos produtos (Oliveira, Batalha & Pettan, 2017).

Por fim, são ainda evidenciados problemas logísticos, considerando, por exemplo, a falta de veículos próprios e a má conservação das estradas (Belinski, Stadler & Novak, 2016; Guimarães & Baccarin, 2019); e problemas de assistência técnica, sendo insuficiente para atender a todos os agricultores (Hentz & Hespanhol, 2018; Guimarães & Baccarin, 2019; Silva, Grzebieluckas & Santos, 2019).

Desse modo são necessárias ações como a desburocratização e ampliação do programa, abertura a novos mercados e maior integração dos produtores rurais para compartilhamento de conhecimentos e promoção de maior

autonomia, maiores incentivos à produção com técnicas agroecológicas, resolução de problemas logísticos e fornecimento de maior assistência técnica em todas as fases de produção, para que o PAA se torne, efetivamente, uma política que promova o desenvolvimento local.

3.3 O PAA e os resultados transformativos

Ao estar alinhado a vários ODS da Agenda 2030, visando a mudança em aspectos econômicos, ambientais e sociais, o PAA pode ser visualizado como uma Política de Inovação Transformadora (Molas-Gallart *et al.*, 2021).

O PAA, cujo objetivo é promover a agricultura familiar e combater a insegurança alimentar e nutricional pode ser considerado um experimento de nicho, visto que se baseia na criação de mercados institucionais destoando das práticas dominantes de comercialização baseadas no mercado tradicional agrícola (Regime), além do incentivo a práticas mais sustentáveis de produção (Geels, 2002). O programa em si, a partir de suas orientações e regulamentos, protege esses experimentos, subsidiando a produção da agricultura familiar, especialmente daqueles mais vulneráveis.

A aprendizagem é visualizada especialmente no comportamento dos membros internos com interferência direta na dinâmica produtiva das famílias rurais, auxiliando, por exemplo, na manutenção das práticas e cultivos tradicionais e disseminação de técnicas agroecológicas (Becker & Anjos; 2015; Brandão, Santos & Rist, 2020). A criação dos mercados institucionais também estimula a aprendizagem considerando a comercialização de modo não tradicional.

Também se constata a existência de uma rede integrada ao nicho com a participação de vários atores e partes interessadas, tais como agricultores familiares, organizações de produtores rurais, comunidades, atores institucionais, sindicatos, assessores técnicos, ONGs e movimentos sociais, pesquisadores e instituições públicas e privadas. Esses atores, portanto, visam a construção de laços para a mobilização de recursos a fim de atingir os objetivos propostos pelo programa.

No âmbito ainda da construção de nichos (Molas-Gallart *et al.*, 2021), o quarto resultado transformativo se expressa a partir da criação de espaços para o compartilhamento de expectativas e visão comum, por meio, das cooperativas e associações dos produtores rurais beneficiários do programa. Foi identificado que o PAA incita a criação de cooperativas e a transformação da base social de organizações já existentes. Esses arranjos coletivos proporcionaram a implementação de sistemas sustentáveis de produção, a maior participação social e melhora nas condições econômicas dos participantes (Mendes, Neves & Machado, 2019; Chiodi *et al.*, 2020).

No âmbito da expansão e incorporação de nicho, a disseminação da adoção das práticas e a replicação em diferentes contextos são observadas considerando a implementação do programa apenas a nível nacional. A diversidade de realidades em que as condições são replicadas pode ser visualizada nos locais de realização dos estudos (ver Figura 2), que abrangem, inclusive, realidades específicas como comunidades indígenas e assentados da reforma agrária (por exemplo, Araujo & Kubo, 2017; Modenese & Sant'Ana, 2019). As regras formais definidas e protocolos para a participação também correspondem a institucionalização do nicho em questão em nível de país, não sendo observada sua expansão em nível mais amplo.

Apesar do programa poder ser considerado um nicho, ele não demonstrou capacidade para expansão e abertura e desbloqueio de regimes. Isso porque, observa-se uma dependência estrita do PAA por parte dos beneficiários e, quando ocorre o término ou a saída do agricultor do programa, estes tendem a retornar para as condições de produção e comercialização que vivenciavam anteriormente nos mercados tradicionais ainda dominantes (Brandão, Santos & Rist, 2020; Borsatto *et al.*, 2020b).

Dessa forma, embora estimule a produção mais sustentável e a comercialização por vias institucionais, visando fortalecer a agricultura familiar e reduzir o desperdício de alimentos e a insegurança alimentar, o nicho não se demonstra forte o suficiente para a transição do sistema sociotécnico incumbente. Isso pode ser devido ao fato de que, para que haja a transição de um sistema para outro, inúmeros fatores estão envolvidos e não cabe apenas a uma política controlar todo o processo (Geels, 2002; Ghosh *et al.*, 2021; Molas-Gallart *et al.*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo avaliar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil sob a ótica do atendimento aos ODS e das Políticas de Inovação Transformadoras. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura a partir do *Methodi Ordinatio*. Ao total 76 estudos empíricos foram avaliados.

Resultados ambientais, sociais e econômicos foram identificados a partir do PAA. Na dimensão econômica, destacam-se o desenvolvimento rural, o acesso a novos mercados e a expansão das vendas institucionais, o aumento e complementação da renda familiar, a melhoria no planejamento financeiro e acesso a programas de crédito, bem como, o aumento da autonomia dos pequenos agricultores. No que tange ao aspecto ambiental, denotam-se reflexos nas práticas de produção agroecológicas e na diversificação de culturas, as quais têm capacidade de promover a agrobiodiversidade e fornecer serviços ecossistêmicos. Por fim, da dimensão social visualiza-se a segurança alimentar, associada a soberania alimentar e uma alimentação mais saudável para os beneficiários do programa. O PAA também se demonstrou atuante na promoção de maior equidade social, fortalecimento das organizações associativas, maior envolvimento familiar na produção e permanência do agricultor no campo, valorização dos produtos locais, da agricultura familiar e dos agricultores e bem-estar e melhor qualidade de vida das famílias participantes. Apesar dos benefícios, desafios como burocracia, queda nos investimentos, renda baixa, incentivos à produção orgânica, problemas logísticos e de assistência técnica ainda precisam ser superados para que a política possa, de fato, promover o desenvolvimento local sustentável.

Esses resultados positivos do PAA podem ser relacionados com diversos ODS, especialmente, com o ODS-1: Erradicação da pobreza, ao fornecer uma fonte de renda aos pequenos agricultores familiares; ODS-2: Fome zero e agricultura sustentável, dado o aumento de renda e acesso aos mercados para pessoas em situação de vulnerabilidade, a maior segurança alimentar e nutricional e os sistemas de produção mais sustentáveis de alimentos com práticas agrícolas mais resilientes; ODS-3: Saúde e bem-estar, considerando melhores condições de qualidade de vida das famílias beneficiárias do programa; ODS-5: Igualdade de gênero, vinculado ao empoderamento e maior autonomia das agricultoras rurais; ODS-8: Trabalho decente e crescimento econômico, ao passo que o PAA promove acesso a recursos financeiros e apoia o desenvolvimento de atividades produtivas, inclusive com a participação de jovens; ODS-10: Redução das desigualdades, com a inclusão social e econômica de grupos mais vulneráveis; ODS-12: Consumo e produção responsáveis, evidenciado na gestão agrícola mais sustentável com uso mais eficiente dos recursos naturais na produção e redução de desperdício e perdas de alimentos ao longo das cadeias produtivas; e ODS-13: Ação contra a mudança global do clima e ODS-15: Vida terrestre, visualizados em decorrência dos serviços ecossistêmicos promovidos pela utilização de práticas de produção agroecológicas e diversificação produtiva.

Por fim, ao verificar seu alinhamento com vários ODS da Agenda 2030, pode-se considerar o PAA como uma Política de Inovação Transformadora. No entanto, trata-se de uma política de nicho baseada na criação de mercados institucionais e incentivo a práticas de produção mais sustentáveis com impacto reduzido no processo de transição. O PAA apresenta uma regulação própria, protegendo os experimentos e favorece a aprendizagem entre os membros a partir da disseminação de técnicas e práticas de cultivo. Além disso, estimula a criação de uma rede de atores e partes interessadas e favorece a construção de espaços para compartilhamento de expectativas e construção de uma visão comum. Dessa forma, o programa atende aos 4 primeiros resultados transformativos. Contudo, não há força para a expansão e incorporação de nicho para desbloqueio de regimes, visto que o sistema produtivo de produção e comercialização tradicionais ainda são dominantes.

Este estudo contribuiu com a literatura ao concentrar os resultados de diversas pesquisas que discorrem sobre os benefícios e desafios do PAA. Além disso, a avaliação dos resultados da política sobre a perspectiva dos ODS e a reflexão considerando as TIPs contribuem para o entendimento mais profundo de como o PAA pode influenciar no desenvolvimento sustentável e, mais especificamente, nas transições para sustentabilidade considerando os resultados transformativos. Na prática, os desafios levantados acerca do PAA podem servir de orientação, a fim de aprimorar e amplificar seus resultados conforme objetivos estabelecidos.

Como limitações da pesquisa destacam-se a busca restrita em seis bases de dados o que pode ter influenciado no quantitativo de estudos retornados, bem como a concentração dos estudos em alguns dos estados brasileiros, cujos resultados podem ter limitado a análise de benefícios e desafios em realidades específicas. Sugere-

se, para estudos futuros, a avaliação de outros programas promovidos pelo poder público que se associam ao desenvolvimento sustentável, a fim de ampliar a compreensão sobre as TIPs e possibilitar avanços futuros na criação ou reformulação de políticas visando a realidades mais sustentáveis com benefícios em suas três dimensões.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. M. de M. C., et al. Índice “UFSCar” de Efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. *Gestão & Produção*, v. 25, p. 500-512, 2018.
- Anderson, C. C. et al. A systems model of SDG target influence on the 2030 Agenda for Sustainable Development. *Sustainability Science*, v. 17, p. 1459–1472, 2021. <https://doi.org/10.1007/s11625-021-01040-8>
- Araujo, M. de L. L. de; Kubo, R. R. Segurança alimentar e nutricional e povos indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 38, n. 132, p. 195-210, 2017.
- Bánkuti, S. M. S. et al. Commercialization of agri-food products through PNAE and PAA: A study with smallholder farmers in Paraná, Brazil. *Informe Gepec*, v. 21, n. 1, p. 66-81, 2019. <https://doi.org/10.48075/igepec.v21i1.16772>.
- Barbieri, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 160 p.
- Barros, M. J. B., et al. Territorialização da política pública do PAA e o caso da AACEPPAMO, município de Óbidos, Amazônia Paraense. *Redes*, v. 25, n. 4, p. 1603-1627, nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v25i4.13440>.
- Batista, L. M. G., et al. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 25, p. 494-504, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016150258>.
- Becker, C.; Anjos, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2015. <http://dx.doi.org/10.20396/san.v17i1.8634800>.
- Belinski, L.; Stadler, S. T.; Novak, M. A. L. Percepções dos agricultores familiares sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. *Nau Social*, v. 7, n. 13, p. 73-85, 2016. <https://doi.org/10.9771/ns.v7i13.31367>.
- Borsatto, R. S., et al. Desafios do programa de aquisição de alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 10, p. 1104–1122, 2020b. <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2897>
- Borsatto, R. S., et al. Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 39, n. 1, p. 99-113, jun., 2019. <http://dx.doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.84>.
- Borsatto, R. S., et al. Food Procurement as an instrument to promote local food systems: exploring a Brazilian experience. *International Journal on Food System Dynamics*, v. 12, n. 2, p. 177-191, maio, 2021. <http://dx.doi.org/10.18461/IJFSD.V12I2.83>.
- Borsatto, R. S., et al. Public procurement as strategy to foster organic transition: insights from the Brazilian experience. *Renewable Agriculture and Food Systems*, v. 35, n. 6, p. 688-696, 2020a. <http://dx.doi.org/10.1017/s174217051900036x>.
- Brandão, E. A. F.; Santos, T. R.; RIST, S. Family Farmers' Perceptions of the Impact of Public Policies on the Food System: findings from Brazil's semi-arid region. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 4, p. 1-15, set., 2020. <http://dx.doi.org/10.3389/fsufs.2020.556732>.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome. *Alimenta Brasil*. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil>.

Acesso em: 16 fev., 2023.

Brasil. Ministério da Cidadania. Conjunto de dados: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2022b. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 27 jan., 2023.

Camargo, A. M. de., et al. Os limites de políticas públicas voltadas para agricultura familiar em promover organização social: o caso do Assentamento 23 de maio. *Extensão Rural*, v. 24, n. 2, p. 102-117, 2017.

Camargo, R. A. L., et al. Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico - SP. *Retratos de Assentamentos*, v. 23, n. 1, p. 143-180, fev., 2020. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i1.387>.

Carneiro, J. P. R., et al. The Food Acquisition Program - PAA as a Mitigation Strategy for Food and Nutritional Insecurity in the Life of Family Farmers in Rio Preto da Eva – AM. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, p. e22111729755, 2022. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29755>.

Cavalcanti, N. T.; Marjotta-Maistro, M. C. Socioeconomic effects of food acquisition program (FAP) on family agriculture in the municipality of Monteiro, Paraíba-Brazil. *Espacios*, v. 37, n. 24, p. 21, 2016.

Cherol, C. C. S.; Ferreira, A. A.; Salles-Costa, R. Governmental programmes associated with food insecurity among communities of descendants of enslaved blacks in Brazil. *Public Health Nutrition*, v. 24, n. 10, p. 3136-3146, out., 2020. <http://dx.doi.org/10.1017/s1368980020004164>.

Chiodi, R. E., et al. Políticas de compra de alimentos e as organizações de agricultores familiares no Vale do Ribeira/SP. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 22, p. e1623, 2020.

Chiodi, R. E.; Almeida, G. F.; Assis, L. H. B. Efeitos de políticas de compras institucionais sobre a organização de produtores familiares no Vale do Ribeira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. 3, p. 1-21, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.230363>.

Coca, E. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas unidades de produção camponesas do assentamento “08 de Junho”, em Laranjeiras do Sul-PR. *Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 27-56, 2015.

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Nosso Futuro Comum. Ago., 1987. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2015.

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Compra com Doação Simultânea – CONAB. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil/modalidades-2/compra-com-doacao-simultanea-conab>. Acesso em: 30 jan., 2023.

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Agricultura Familiar - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020. Brasília, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/flavi/Downloads/Compendio-V30-PAA-2020.pdf>. Acesso em: 16 fev., 2023.

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!. Nov., 2012. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

Coradin, C.; Souza, R. S. de. Os quilombolas e o programa de aquisição de alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. *Revista Nera*, v. 26, p. 122-146, 2015.

Correa, B.; Barbosa, Z. O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha-zona rural de São Luís. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 14, p. 159-177, 2018.

Costa, J. M.; Vital, T. W. Aplicação dos mapas estratégicos do balanced scorecard na avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Martins/RN. *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 4, p. 256-283, 2021. <http://dx.doi.org/10.26767/2222>.

Cunha, W. A.; Freitas, A. F.; Salgado, R. J. S. F. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>.

Debus, D., et al. Profile assessment of the farmers who supply products for the Food Acquisition Program - PAA in the municipality of Toledo – PR. *Revista Nera*, v. 32, p. 56-71, 2016.

- Deves, O. D.; Rambo, A. Mercados institucionais e a comercialização de alimentos na agricultura familiar: O programa de aquisição de alimentos no município de São Pedro do Butiá – RS - Brasil. *Redes*, v. 18, n. 1, p. 147-166, 2013.
- Dias, T.; Rocha, L. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte - 2005 a 2011. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 7, n. 1, p. 16-25, 2014.
- Donato, H.; Donato, M. Etapas na condução de uma revisão sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, v. 32, n. 3, p. 227, 2019. <http://dx.doi.org/10.20344/amp.11923>.
- Elkington, J. Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium. *Australian CPA*, v. 69, p. 75, 1994.
- Elkington, John. *Canibais com garfo e faca*. Tradução de Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron, 2001.
- Fao, Ifad, Unicef, Wfp and Who. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. Rome, FAO. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb4474en>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- Florian, F.; Costa, V. M. H. de M.; Barros, M. S. C. de. Percepção de atores sociais sobre programas de alimentação e nutrição em município do estado de São Paulo. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 51–65, 2018. [10.20396/san.v25i2.8652432](https://doi.org/10.20396/san.v25i2.8652432).
- Geels, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. *Research Policy*, v. 31, n. 8-9, p. 1257-1274, 2002.
- Geels, F. W., et al. The Enactment of Socio-technical Transition Pathways: A Reformulated Typology and A Comparative Multi-level Analysis of the German and UK Lowcarbon Electricity Transitions (1990–2014). *Research Policy*, v. 45, p. 896–913, 2016.
- Ghosh, B., et al. Transformative outcomes: assessing and reorienting experimentation with transformative innovation policy. *Science and Public Policy*, v. 48, p. 739–756, 2021.
- Gonzaga, D.; Sant’ana, A. Produção vegetal destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos pelos agricultores familiares de Pereira Barreto – SP: Tecnologias e estratégias. *Extensão Rural*, v. 23, n. 3, p. 103-119, 2016.
- Grilo, M. F.; Frizo, B. L. de S.; Oliveira, J. M. de. Fatores associados à adesão e à descontinuidade ao programa “Cestas Verdes”, vertente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Limeira, SP. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 26, p. e019027-e019027, 2019.
- Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G. Políticas públicas para agricultura familiar: o acesso aos mercados institucionais no assentamento Dom José Mauro em Uberlândia (MG). *Geografia*, v. 44, n. 1, p. 173-191, 2019.
- Hentz, C.; Hespanhol, R. A. de M. Políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho/SC. *Revista Campo-Território*, Uberlândia-MG, v. 12, n. 27, p. 29-58, ago., 2018. <https://doi.org/10.14393/RCT122702>.
- Hufnagel, J.; Reckling, M.; Ewert, F. Diverse approaches to crop diversification in agricultural research. A review. *Agronomy for Sustainable Development*. v. 40, p. 1-17, 2020. <https://doi.org/10.1007/s13593-020-00617-4>.
- Jaber, T. A Surge toward a Sustainable Future: Organizational change and transformational vision by an oil and gas company. *Rev. adm. contemp.*, v. 25, n. 3, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200031.en>
- Kanger, L., et al. Research frontiers for multi-system dynamics and deep transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, v. 41, p. 52–56, 2021.
- Leal, S. C. T. The Food Acquisition Program (FAP) in the Pontal do Paranapanema/SP. *Revista Nera*, v. 26, p. 147–164, 2015. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i26.3574>
- Lélé, S. Sustainable development: A critical review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(91\)90197-P](https://doi.org/10.1016/0305-750X(91)90197-P)
- Libânio, C. L. S.; Cirino, J. F. Avaliação de impacto do programa de aquisição de alimentos modalidade doação simultânea em Ponte Nova-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 2, p. 1-17, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2020.195705>.
- Lima, V. L. K.; Paula, N. M. O programa de aquisição de alimentos no Vale do Ribeira: avanços sociais e fragilidades institucionais. *Informe GEPEC*, v. 22, n. 2, p. 140–158, 2019. <https://doi.org/10.48075/igepec.v22i2.21004>.
- Lundin, N.; Serger, S. A. Agenda 2030 and a transformative innovation policy: conceptualizing and experimenting

- with transformative changes towards sustainability. Science Policy Research Unit: Lund University, 2018.
- Martins, M.; Onuma, F. As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: O caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha-Minas Gerais, Revista Nera, n. 44, p. 134-158, 2018.
- Matei, A. P., et al. State support in Brazil for a local turn to food. *Agriculture*, v. 7, n. 1, p. 5, 2017. <https://doi.org/10.3390/agriculture7010005>.
- Mendes, J. N.; Sousa, I. B. B.; Mattos Junior, J. S. A importância do mercado institucional para agricultura familiar: uma breve análise do PAA no assentamento Galvão Cantanhede no município de Cantanhede-MA. *Geografia em Questão*, v. 14, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.48075/geoq.v14i1.20296>.
- Mendes, M. F.; Neves, S. M. A. S.; Machado, T. S. The food acquisition program as an inducer of food sovereignty. *Mercator*, v. 19, n. 10, p. 1-15, 2019. <http://dx.doi.org/10.4215/rm2019.e18024>.
- Mesquita, P. S.; Bursztyn, M. Food acquisition programs in the Brazilian semi-arid region: benefits to farmers and impacts of climate change. *Food Security*, v. 9, n. 5, p. 1041-1051, set., 2017. <http://dx.doi.org/10.1007/s12571-017-0711-1>.
- Miranda, D. L. R.; Gomes, B. M. A. O programa nacional de aquisição de alimentos e agricultura familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 8, n. 1, p. 67-79, 2017. [10.18472/SustDeb.v8n1.2017.18462](https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n1.2017.18462)
- Modenese, V. S.; Sant'ana, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do programa de aquisição de alimentos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 636-655, dez., 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2019.185555>.
- Molas-Gallart, et al. A formative approach to the evaluation of Transformative Innovation Policies. *Research Evaluation*, p. 431-442, 2021. <http://dx.doi.org/10.1093/reseval/rvab016>.
- Mota, D. M.; Schmitz, H.; Guimarães, J. F. Políticas públicas e estratégias de reprodução social: o PAA para mulheres no Nordeste e no Norte do Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 23, n. 2, p. 61-83, out., 2020. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i2.4192>.
- Mota, D., et al. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Um estudo de caso em Sergipe. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 3, p. 449-470, 2014.
- Nações Unidas Brasil. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- Nascimento, D. T.; Johann, J. A.; Basso, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 11, n. 2, p. 82-107, 2017.
- Oliveira, L. G. de; Batalha, M. O.; Pettan, K. B. Avaliação comparativa dos impactos do programa de aquisição de alimentos e do programa nacional de alimentação escolar em Ubá, Minas Gerais, Brasil. *Ciência Rural*, v. 47, n. 1, 2017.
- Oliveira, R. E.; Paes, S. R.; Azevedo, C. L. O Programa de Aquisição de Alimentos e suas contribuições para segurança alimentar e nutricional na comunidade de Planalto Rural no Norte de Minas Gerais. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 23, n. 1, p. 72-92, 2021. <http://dx.doi.org/10.22409/conflu.v23i1.45718>.
- Pagani, R. N.; Kovaleski, J. L.; Resende, L. M. Avanços na composição da Methodi Ordinatio para revisão sistemática de literatura. *Ciência da Informação*, v. 46, n. 2, p. 161-187, 2017. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v47i1.1886>.
- Pagani, R. N.; Kovaleski, J. L.; Resende, L. M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. *Scientometrics*, v. 105, n. 1, p. 2109-2135, 2015. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1744-x>.
- Paula Filho, G.; Calvi, M.; Castro, R. institutional markets for family agriculture: analysis of the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) within a Territory in the Brazilian Amazon 1. *International Journal of Research Studies in Agricultural Sciences*, v. 2, p. 2454-6224, 2016.
- Paula, L. A. C. de. Cartografias alternativas: contribuições do programa de aquisição de alimentos materializadas no espaço das assentadas rurais. *Geografia em Atos*. v. 5, n. 12, p. 111-134, 2019.
- Pedroso, M. T. M.; Corcioli, G.; Foguesatto, C. R. A crise do coronavírus e o agricultor familiar produtor de

- hortaliças. *Revista Gestão e Sociedade*, v. 14, n. 39, p. 3740-3749, 2020.
- Pitaluga, C. M.; Bourlegat, C. A. L. Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. *Revista Retratos de Assentamentos*, v. 25, n. 1, p. 69-93, 2022. [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i1.494](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i1.494).
- Queiroz, R. F. N. de., et al. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: Análise da produção vinculada ao programa de aquisição de alimentos (PAA). *Boletim de Geografia*, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2016. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v33i3.22817>.
- Rafa, R. S.; Dias, M. M.; Souza, W. J. Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. *Mundo Agrário*, v. 21, n. 46, p. e137, 2020. <http://dx.doi.org/10.24215/15155994e137>.
- Resque, A. L., et al. Agrobiodiversity and Public Food Procurement Programs in Brazil: influence of local stakeholders in configuring green mediated markets. *Sustainability*, v. 11, n. 5, p. 1425, mar., 2019. <http://dx.doi.org/10.3390/su11051425>.
- Ribeiro, C. V. Como otimizar resultados em compras públicas, a partir dos princípios em planejamento e gestão. *Universitas: Gestão e TI*, v. 7, n. 1, p. 105-115, 2017. <https://doi.org/10.5102/un.gti.v7i1.4096>.
- Rocha, J. H.; Anjos, F. S. dos. Family farming and institutional markets: analysis of Food Acquisition Program (CPR-Donation) in Boa Vista, Roraima. *Revista Nera*, n. 31, p. 111-142, 2016.
- Sambuichi, R. H. R., et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, ago., 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200258>.
- Santos Neto, J. M.; Lima, C. M. D. de. Extensão rural e desenvolvimento local: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Associação Quilombola de Guaxinim, em Cacimbinhas, Alagoas. *Diversitas Journal*, v. 1, n. 2, p. 127-139, 2016. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v1i2.471>.
- Santos, T. T. B.; Torres, R. L. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 2, p. 1-20, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.257596>.
- Schmitz, H.; Mota, D. M. da.; SOUSA, G. M. O Fim do programa de aquisição de alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. *Política & Sociedade*, v.15, p. 80-103, 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p80>.
- Schot, J.; Boni, A.; Ramirez, M.; Steward, F. Addressing the sustainable development goals through transformative innovation policy. TIPC Research Briefing. Science Policy Research Unit, 2018.
- Segura, E. A. A.; Rodrigues, W.; Castrillon, C. A. R. Impacto de las Políticas Agrícolas de Comercialización en la Agricultura Familiar de la Región Sur del Estado de Tocantins. *Redes*, v. 21, n. 3, p. 97-120, 2016. <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.7641>
- Silva, E. R. F. da; Hespanhol, R. A. de M. As mulheres no programa de aquisição de alimentos (PAA) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 5, n. 17, p. e10917, 2019. <https://doi.org/10.18764/2446-6549.2019.10917>.
- Silva, M. A. A. da; Almeida, R. A. de. O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) na luta contra a monopolização do território pelo capita. *Boletim de Geografia*, v. 36, n. 3, p. 88-107, 2018.
- Silva, P. V. da; Grzebieluckas, C.; Santos, J. S. C. dos. Entries and benefits of the Food Acquisition Program (PAA) in the municipality of Diamantino-MT. *Revista Nera*, n. 49, p. 168-188, 2019.
- Silva, T. C.; Ferreira, P. R.; Amodeo, N. B. P. A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos estados de Minas Gerais e da Bahia: Criação de novos mercados a partir da visão dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). *Mundo Agrário*, v. 15, n. 29, p. 1-21, 2014.
- Silva, T.; Ferreira, P. O Programa de Aquisição de Alimentos sob a ótica dos atores sociais envolvidos. *Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 33, p. 301-329, 2015.
- Simão, G. L. et al. Políticas Públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do Programa de aquisição de alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais. *Revista de Administração*, v. 10, n. 2, p. 288-306, 2017. <https://doi.org/10.5902/19834659.16689>.
- Soares, N. S.; Benavides, Z.; Santos, S. Q. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o

- caso dos produtores de Ibicarai-BA. *Revista de Estudos Sociais*, v. 17, n. 33, p. 161-182, 2015.
- Sobreira, D. B.; Khan, A. S.; Lima, P. V. P. S. Efectos del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) sobre los apicultores del estado de Ceará, Brasil: un abordaje por entropy balancing. *Studies of Applied Economics*, v. 39, n. 8, p. 1-15, 28 set., 2021. <http://dx.doi.org/10.25115/eea.v39i8.4333>.
- Sodré, M. T.; Salamoni, G. Potencialidades territoriais para o desenvolvimento rural: os mercados institucionais de alimentos em Pelotas-RS. *Geografia*, v. 43, n. 1, p. 31-41, 2018. <https://doi.org/10.5016/geografia.v43i1.13727>
- Souza, A. F.; Loreto, M. das D. S. de. Repercussões do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas condições de produção e reprodução social dos agricultores familiares. *Oikos*, v. 29, n. 2, p. 230-258, 2018. <https://doi.org/10.31423/oikos.v29i2.3790>
- Souza, A. O.; Souza, A.; C. M.; Martinelli, G. C. Os reflexos socioeconômicos do Programa de Aquisição de Alimentos: assentamento Agrovila Vila Formosa - Dourados/MS. *Redes*, v. 25, n. 4, p. 1890-1908, nov., 2020. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v25i4.12963>.
- United Nations. United Nations Millennium Declaration. New York, 2000. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/united-nations-millennium-declaration>. Acesso em: 16 fev., 2023.
- United Nations. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015.
- Veloso, F. A importância do Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias e entidades beneficiárias na região da nova alta paulista. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 18, n. 2, p. 147-176, 2017. <https://doi.org/10.33026/peg.v18i2.5166>.
- Veronezzi, F.; Serra, E. Participação e protagonismo feminino nos programas de fomento à agricultura familiar no interior paulista. *Geo Uerj*, n. 37, p. e34267, ago., 2020. <http://dx.doi.org/10.12957/geouerj.2020.34267>.
- Vinha, J. F. de S. C.; Schiavinatto, M. Food Sovereignty and Peasants Territories: An Analysis of the Food Acquisition Program (FAP). *Revista Nera*, v. 26, p. 183-203, 2015.
- Wittman, H.; Blesh, J. Soberania alimentar e fome zero: Conectando programas de compras públicas de alimentos ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 1, p. 81-105, 2017. <http://dx.doi.org/10.1111/joac.12131>.